

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XIII - Nº 239 - DE 22 DE MAIO A 03 de JUNHO DE 2002- R\$ 1,00

**O PT responde às pressões dos capitalistas
com uma política burguesa e pró-imperialista**

**A questão da violência nas
escolas: a política proletária**

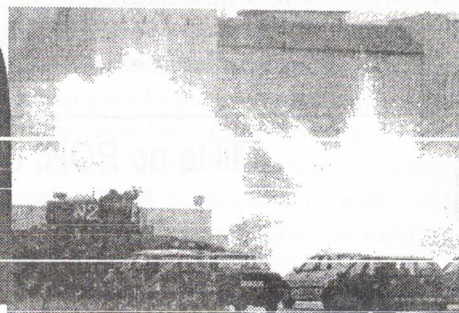
A nova onda grevista

A crise capitalista ataca a educação nos EUA

EUA preparam novo ataque ao Iraque

**Bolívia: a luta pelo poder
estudantil na universidade**

**FORA O EXÉRCITO DE ISRAEL DA PALESTINA
FORA OS EUA E SEUS ALIADOS DO ORIENTE MÉDIO
NENHUMA INTERVENÇÃO DA ONU, MARIONETE DOS EUA
DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DO POVO PALESTINO
ARMAMENTO GERAL DAS MASSAS PALESTINAS!**



Quinzena do Movimento Operário

Maioria da população brasileira ganha até 2 salários mínimos

Cerca de um quarto da população ocupada no Brasil ganha até um salário mínimo, segundo dados do Censo 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Segundo o levantamento, 24,4% da população assalariada recebe valores iguais ou menores que o piso salarial oficial do país. Considerando até dois salários mínimos, essa percentual passa para 51,9%. Apenas 5,1% dos brasileiros têm rendimento entre 10 e 20 salários mínimos e 2,6% ganham mais que isso. As maiores concentrações de trabalhadores com até 1 salário mínimo estão nos segmentos de serviços domésticos (60%), agricultura e pecuária (51%) e pesca (50%). O Nordeste tem o maior percentual de pessoas ocupadas com rendimento na faixa de até um salário mínimo (46,2%) e o menor na de 20 salários mínimos (1,4%). A região Sudeste ficou com a proporção mais reduzida na faixa de até um salário mínimo (15,9%). Na faixa de mais de 20 salários, os percentuais mais altos foram os das regiões: Centro-Oeste (3,4%) e Sudeste (3,3%).

O levantamento mostra também que 36,3% dos trabalhadores não têm carteira assinada. O percentual dos sem-carteira é maior no Nordeste (48,4%). A população economicamente ativa ficou em 56,4%. Para a população masculina, esta taxa é de 69,4 %, mais elevada que a feminina (44,1%).

60 mil param na Alemanha

Na noite do dia 5 de maio, os metalúrgicos alemães entraram em greve na região de Baden-Wuerttemberg, onde estão as sedes das empresas Porsche, Audi e DaimlerChrysler. A idéia do sindicato IG Metall é a de fazer greves rotativas em diversas regiões. Estão previstas greves em Berlim e no estado

de Brandenburgo.

A principal reivindicação dos metalúrgicos é um aumento de 6,5% nos salários. As indústrias propõem um aumento de 3,3% ao longo de 15 meses. O sindicato afirma que a categoria está pronta a conversar a qualquer momento se os patrões melhorarem a oferta.

Como podemos notar foram dos cursos na Alemanha que aprenderam nossos sindicalistas do ABC. O mesmo método de negociação por migalhas e fragmentação da luta que fatalmente levará este movimento a ter conquistas bem mais tímidas do que se realmente fizessem um movimento unitário dos metalúrgicos alemães, que não entram em greve desde 1995.

Metalúrgicos da DaimlerChrysler no Brasil prestam solidariedade internacional

Atos de solidariedade aos metalúrgicos alemães foram organizados nas unidades da DaimlerChrysler no Brasil. Já na segunda, dia 6 os metalúrgicos da unidade de São Bernardo (ABC) paralisaram suas atividades por uma hora. Na Terça, dia 7, o protesto ocorreu na unidade de Juiz de Fora (MG) e na Quarta, dia 8, em Campinas (SP). Falta o essencial: que o sindicato convoque a assembléia geral dos metalúrgicos para aprovar um plano de reivindicações contra o desemprego, a redução salarial e a destruição dos direitos trabalhistas. Os "acordos" assinados com montadoras do ABC são contra os interesses e necessidades dos trabalhadores. É preciso romper essa linha de conciliação de classe.

Depois de comprar Compac, HP anuncia 15 mil demissões

A nova HP empresa formada depois da fusão da HP com a Compac planeja agora cortar 15 mil de seus 150 mil funcionários em todo o mundo. Como bem te-

mos dito a fusão de empresas característica do capitalismo tem um papel fundamental para os capitalistas que é o de assegurar aos grandes monopólios uma forma de exploração racional (na lógica capitalista), enxugando o excesso de mão de obra para se tornar cada vez mais competitiva. Para o proletariado, significa um processo onde os empregos se tornam cada vez mais escassos e a miséria das massas cresce a cada dia. Com a crise estrutural do capitalismo, na sua fase última imperialista, esta perspectiva deixa de atingir somente os países atrasados, mas começa a atingir o cerne das potências imperialistas.

Férias coletivas na GM

A General Motors vai desacelerar a produção na fábrica de São José dos Campos (SP). De 3 a 12 de junho, os operários terão férias coletivas parciais. A linha de montagem da picape S-10 e da perua Blazer irão parar completamente. As linhas do novo Corsa e do Zafira serão produzidas apenas em um turno e não mais nos dois. Como sempre, dizemos aqui está mais um exemplo da necessidade da escala móvel das horas de trabalho. É preciso lutar por dividir as horas de trabalho entre todas as pessoas em condições de trabalhar, pois caso isto não ocorra os patrões farão estas jogadas para pôr medo nos operários, obrigando-os a trabalhar de forma desumana.

Paralisação da Justiça Federal

Os servidores da Justiça Federal iniciaram uma paralisação no dia 5 de maio. O objetivo da greve da categoria — que reúne 100 mil trabalhadores nas justiças Federal, Trabalhista e Eleitoral — é pressionar os parlamentares a aprovar o projeto de lei que prevê a revisão do plano de cargos e salários (PCS) dos servidores do Judiciário Federal.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Eleições

Como o PT responde às pressões do grande capital?

Pesquisas indicaram 43% das intenções de voto para Lula e 17% para o candidato do governo, José Serra. Apesar de que nas eleições de 1994, as pesquisas mostraram a mesma proporção, mas Lula acabou sucumbindo sob o peso da máquina eleitoral, o grande capital não confia que nessa eleição aconteça o mesmo. Diz: Lula pode ganhar. Assim crescem as pressões para que o PT sele um compromisso inconfundível com os interesses conjunturais e estruturais do capital financeiro e multinacional.

É bom observar que nas eleições anteriores a burguesia combateu a candidatura de Lula como um perigo a ser afastado. Atacou por todos os cantos o programa de governo petista, apesar deste não prever em sua retórica rupturas antiimperialistas e anticapitalistas. Dessa vez, o PT escaldado adiantou que o passado era o passado e que agora se apresenta amadurecido. Não mais apregoa moratória da dívida externa, não questiona as privatizações, não é radicalmente contra a reforma trabalhista, está pelos fundamentos da estabilidade da moeda, não rechaça incondicionalmente a Alca etc. Enfim, o PT diz para a burguesia: confiem, pensamos como vocês, nos interessamos pelos mesmos interesses de vocês.

Mas o grande capital tem uma gigantesca experiência acumulada de séculos. Não aceita ambigüidades e nem retórica quando se trata da defesa da propriedade privada dos meios de produção, do funcionamento da exploração do trabalho, da acumulação crescente e da hegemonia imperialista. Então, o grande capital movimenta seus organismos internacionais e nacionais (internos ao Brasil) para criticar os rodeios do PT em torno de questões que devem ter a mais clara precisão.

Os pretensos reformistas devem assumir o compromisso público (o que não exclui compromissos de bastidores) de que darão continuidade ao pagamento das dívidas interna e externa, de manutenção dos laços da economia nacional com a internacional (que significa sustentar a opressão imperialista) e que agi-

rão como um verdadeiro governo capitalista, portanto contraposto aos interesses do proletariado e dos camponeses. O grande capital não se preocupa com o palavreado sobre distribuição de renda, reforma agrária, resgate da dívida social, cidadania, inclusão dos excluídos, porque afinal os candidatos estão obrigados a falar isso para arrastarem as massas oprimidas por detrás de seus partidos e candidaturas. O que o grande capital quer é a garantia concreta de que o PT governará segundo as leis de funcionamento do capitalismo e que enfrentará a profunda crise desse sistema pelos meios e métodos da burguesia internacional (imperialista).

Qual tem sido a resposta do PT?

Primeiro, explica que seus documentos internos (12 Encontro do PT) não passam de regozijo entre as diversas correntes, que, portanto, só servem para amaciar os egos em conflitos. O que vale mesmo é o programa de governo negociado e aprovado com representantes do capital. Para isso, Lula e sua comitiva têm se esforçado para que capitalistas de renome discutam as premissas de governo apresentadas nos documentos elaborados pela cúpula dirigente.

Segundo, que o PT é um partido da ordem e que por isso tem senso de realismo. Sabe perfeitamente que não terá como governar sozinho; depende de alianças com partidos que na disputa eleitoral estão em oposição. Mas certamente não poderá ser apenas continuísta. Pretende introduzir mudanças na política econômica atual, que possam favorecer o crescimento e a abertura de empregos. Tem a intenção de fortalecer o mercado interno, que potencialmente tem muito a dar. Algum interesse será contrariado, mas sem representar "ruptura" nas relações do sistema. Se não fosse assim, não haveria razão de existência do próprio PT.

De acordo com os porta-vozes autorizados, o PT pretende limitar o "capital especulativo", mas não em detrimento do capital em geral. Pelo contrário, imagina poder favorecer o "capital produtivo" (aplicado à produção). Isso diz

respeito à monumental dívida e o plano de privatização de FHC. Os contratos serão respeitados. O que o PT quer é renegociá-los para o seu governo poder cumpri-los e ter condições de governar uma economia com sérios desequilíbrios.

Constatamos que os reformistas já estão de joelhos perante o grande capital. Mas ainda é preciso abaixar a cabeça.

Não há nada de espetacular negociar contratos quando os devedores se mostram quebrados. Os credores têm o Brasil como uma fonte privilegiada de exploração e saque. De qualquer governo, espera-se que não se crie obstáculos à drenagem.

O esforço do PT em mostrar que seu governo não comprometerá a "estabilidade" e que, portanto, não haverá nenhuma ruptura como apregoa o seu 12 Encontro, vem no sentido de conquistar a confiança do grande capital no princípio imperialista de que a drenagem vai continuar.

É impressionante a entrevista do coordenador do programa de governo da candidatura Lula, Antônio Palocci, por expor com clareza a aceitação das críticas à ambigüidade petista e das exigências do grande capital. Citemos algumas passagens:

Referindo-se à acusação de que o PT quer ruptura, diz "é uma leitura errônea do texto. O PT defende a estabilidade".

Sobre a crítica de que o PT poderá comprometer a Lei de Responsabilidade Fiscal: "A tradição dos governos do PT é de grande responsabilidade fiscal, tanto no controle de contas públicas como no Orçamento Participativo. Mas temos divergências, principalmente quando se fala em responsabilidade fiscal sem social. Se pudermos mudar algo, acrescentaremos a responsabilidade social" (observem a última formulação, que quer dizer que o tal do social está na dependência da responsabilidade fiscal, evidencia-se assim a hipocrisia).

Sobre a pergunta de se o PT ainda se coloca pela reestatização: "Não. O PT tem disposição para acordos com o capital privado. Não queremos é privatizar

setores essenciais do serviço público. Falou-se em suspensão porque o que estava em curso até há pouco era a privatização do setor elétrico e o Brasil estava às voltas com o apagão. O texto era muito em função disso quando foi aprovado, em dezembro" (notem esse último reparo, a defesa da reestatização do setor elétrico se deu em função da crise do apagão, portanto, se tratou de mais uma hipocrisia oposicionista).

Questionado sobre a revisão dos contratos do programa de energia, Palocci reforça a idéia anterior: "Esse texto não foi aprovado pelo partido. É um texto de pessoas qualificadas na área, feito a pedido do Instituto Cidadania, mas não fará necessariamente parte do programa como ele está. A posição do PT sobre privatizações é lidar, sim, com o capital privado, o investimento privado é muito bem-vindo" (está claro que o PT mantém a linha FHC).

O PT romperá algum contrato? Res-

posta: "O PT não vai romper contrato. Nem de dívida pública nem de concessão. O PT não vai governar andando para trás" (observem que o andar para frente do PT é seguir os passos de FHC).

E o FMI? Diz Palocci: "Tem a ver a com o processo que vivíamos na elaboração do texto. Até onde sei, o contrato com o FMI se encerra no fim do ano. Essa questão se colocava naquele debate, mas não agora" (dá a entender que o PT não precisará colocar qualquer obstáculo ao acordo com o FMI porque afinal este estará encerrado quando Lula assumir o governo, assim fica subentendido que um novo acordo poderá ser estabelecido). Quanto à renegociação da dívida pública: "Quando a renegociação é compulsória, sim. Mas quando é feita com critérios de mercado, não há problemas. O Brasil pratica isso no cotidiano. Pedro Malan (Ministro da Fazenda), recentemente, fez trocas de títulos de um ano para 6 anos" (Palocci afirma que o PT

sustentará, portanto, o parasitismo financeiro, uma vez que o critério de mercado é determinado pelos credores, que acumulam em boa parte às custas do dinheiro público).

A conclusão da entrevista chega a ser cômica. O reporté, apoiando-se na afirmação de Palocci sobre Pedro Malan, conclui: "Renegociar, então, nada mais do que fazer o que o governo já faz?". Resposta de Palocci: "É isso".

Como se pode ver, os reformistas radicais do passado recente, para conseguirem realizar seu objetivo eleitoral e de governo, venderam a alma ao diabo. Uma grande parcela dos trabalhadores vai ser arrastadas pelo PT/Lula e outras por detrás dos demais candidatos da burguesia. O POR luta contra essas ilusões com a bandeira da revolução e ditadura proletárias. É com essa estratégia que defendemos a independência do proletariado frente à burguesia e a todos seus representantes.

Economia

Prossegue a marcha da crise mundial

Os dados da OMC indicam que o comércio mundial, no ano passado, teve a maior queda dos últimos 20 anos. O total de exportação mundial foi de 6,162 trilhões de dólares e a importação mundial foi de 6,439 trilhões de dólares. Os Estados Unidos, que tiveram uma queda de 7% em suas exportações e 6% nas importações, exportaram 11,9% e importaram 18,3%. O Japão, teve queda de 16% nas exportações e 8% nas importações, manteve a recessão. A Alemanha que teve uma taxa de 3% positiva nas exportações e negativa em 1% nas importações, tem uma participação de 9,2% das exportações mundiais. A Europa, que detém um terço do comércio mundial, mantém suas taxas de crescimento próximas da estagnação. A China, foi o quarto exportador mundial mas também o quarto importador do mundo. O baixo desempenho da América Latina é atribuído à crise da Argentina, que teve uma queda de 20% em suas exportações. As exportações brasileiras cresceram em 6% e as importações foram estagnadas. Sua participação mundial não passou de 0,9%, no passado chegou próximo a 2%. Esses dados mostram que o comércio mundial expressou a crise geral do siste-

ma capitalista. Os países imperialistas contiveram suas importações. Os Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, França e Japão tiveram taxas negativas de importação. Isso evidencia a crise de superprodução e a ampliação da guerra comercial.

Os Estados Unidos aprovaram no parlamento uma lei (Farm Bill) para aumento dos subsídios à agricultura em cerca de 70%. Em relação aos subsídios anteriores, a aplicação dessa lei implica um aumento de 5,6 bilhões de dólares anuais, perfazendo 196 bilhões de dólares em 10 anos (cerca de 20 bilhões de dólares anuais em subsídios). De outro lado, pressionam os governos latino-americanos na implantação da Alca, área de livre comércio para impulsionar a economia norte-americana. Os sinais de retorno de crescimento dos Estados Unidos, nesses últimos meses, não indicam de que se trata de continuidade sustentada. O governo Bush para evitar uma brutal queda na produção fez uma redução histórica nas taxas de juros (de 6% a a. para 1,5%). Essa recuperação não significou a reversão da tendência de queda no emprego. O crescimento de 6% do desemprego, a maior taxa dos últi-

mos 7 anos e meio, é um indicador de crise social. O que se verifica é uma tendência de aumento das taxas de desemprego e crescimento da "precarização" do trabalho. Na década passada, que foi de crescimento econômico, se alcançou alta capacidade tecnológica e queda na taxa de desemprego. O que se nota na situação presente de tendência declinante do comércio é que a indústria dos Estados Unidos passará pela contradição entre alta capacidade produtiva e o excedente de produção. O desemprego e o subemprego tendem a superar as taxas anteriores. Utiliza-se a alta capacidade instalada com menos mão de obra. Intensifica-se a exploração do trabalho pela via a mais-valia relativa.

A política protecionista dos Estados Unidos implica queda nas exportações agrícolas dos países semicoloniais. No Brasil, os dados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) indicam um prejuízo de 2,4 bilhões de dólares anuais. A soja teria uma perda de 1,6 bilhão de dólar ao ano e o algodão e milho um prejuízo de 1 bilhão anuais. A soja é um dos principais produtos da exportação brasileira e o Brasil é o segundo exportador mundial, perdendo somente para os

Estados Unidos. Com a lei americana, os fazendeiros dos EUA têm garantido o preço mínimo. A oferta será maior, o que possibilita a derrubada de preços. Isso afetará as exportações brasileiras, que indicaram crescimento no ano de 2001. A indústria nacional apresenta altos e baixos, mas a tendência é expressar a crise de superprodução mundial. As empresas têm usado a capacidade tecnológica para intensificar a produtividade, destruindo milhares e milhares de postos de trabalho. As multinacionais, a exemplo das montadoras, têm aplicado a tal da “reestruturação produtiva”, que não é senão incremento das demissões, precarização do trabalho e redução salarial.

Efeitos da crise e a necessidade de uma direção revolucionária

Os problemas colocados: 1) A crise mundial, aumento do protecionismo imperialista e a imposição da Alca atuam sobre a economia brasileira ampliando as tendências de retomada da crise de 1999. 2) O Brasil depende do crescimento das exportações e estas correm o risco de sofrer retração, se comparada ao ano

de 2001; 3) O Brasil não conseguiu reduzir o déficit em conta corrente para menos de 4% do PIB, depois que desvalorizou o Real; 4) O Brasil está obrigado a manter os juros altos para atrair o capital estrangeiro e isso implica crescimento da dívida pública; 5) O governo necessita de impor mais reformas anti-nacionais e antipopulares; 6) A burguesia nacional se mostra incapaz de ter um candidato que substitua FHC, que unifique as diferentes frações do capital e seja confiável para os credores imperialistas; 7) O PT se desponta como possibilidade de chegar ao poder do Estado unido a uma fração burguesa, com um programa pró-capitalista e de oposicionismo nacional-desenvolvimentista incapaz de romper com o imperialismo. 8) O desemprego, a fome e a miséria cresceram violentamente no país e tendem a se agravar; 9) A maioria trabalhadora está submetida às direções sindicais traidoras e politicamente ao reformismo petista e outras variantes da política burguesa, o que tem sido um bloqueio para o avanço da luta de classe e para a organização independente da classe operária.

As tarefas colocadas: 1) A construção do partido revolucionário, como

direção física das massas para a luta contra o sistema de exploração do trabalho; 2) defesa do programa da revolução e ditadura do proletariado no seio dos trabalhadores; 3) a luta em defesa da vida das massas oprimidas com as bandeiras de emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho), reposição de todas as perdas salariais, salário mínimo real, reconquista de todos os direitos trabalhistas, aposentadoria integral a todos, previdência, saúde e educação públicas e terra aos camponeses; 4) construir a aliança operária e camponesa sobre o programa da revolução proletária; 5) constituir a frente única antiimperialista; 6) organizar o movimento operário sobre a base das assembléias, comitês de base e comissões de fábrica; 7) organizar os bairros dos oprimidos constituindo as assembléias populares; 8) unidade das massas exploradas em torno das reivindicações contra a miséria, fome e a opressão capitalista, por meio da ação direta e da organização da luta de massa.

A construção do partido revolucionário é uma exigência das condições objetivas de desintegração do capitalismo.

Fortaleza

Tasso segue a diretriz de destruição da escola pública

O governador do Estado Tasso (PSDB) segue a mesma linha de arrocho salarial do governo FHC, há oito anos não reajusta os salários. É a velha e mesma linha ditada pelo FMI ao Brasil. Recentemente, Tasso trouxe mais uma pérola para os professores: mudança na avaliação dos alunos. O que antes era feito através de notas e depois de AS e ANS, agora será através de relatório.

Os professores e servidores em educação sofrem brutais ataques do governo estadual, pois a municipalização do ensino fundamental e ampliação do telecurso 2000 (TAF TAM) têm como objetivo demitir uma parcela de nossa classe.

A grande parte das escolas estaduais é de ensino fundamental, destas, a maioria se encontra no interior do Estado. Para onde vão estes trabalhadores quando finalizar a municipalização? Além disso, também a criação do “tempo de avançar” é um instrumento utilizado pelo governo para gastar menos com a educação, sendo assim no lugar de 7 professores só necessita de um em sala de aula.

Por último, o governo impõe a mudança do sistema de avaliação AS e ANS pelo relatório individual por aluno. Com isso, aumenta a superexploração dos educadores. Para os alunos, não serve para nada.

A crise da educação não será resolvida pela mudança no sistema de avaliação e nem pela introdução de métodos educacionais mais avançados. O ensino, no capitalismo, é repetitivo, mecânico e memorístico. A educação reflete a divisão social do trabalho e, por isso, está a serviço da formação do trabalhador parcial para produzir para o capitalista. Na época de desintegração do sistema capitalista, boa parte da juventude sequer tem acesso ao trabalho. Portanto, a resposta ao problema da educação está diretamente vinculada à luta contra o sistema econômico, responsável pela profunda separação entre o fazer e o pensar.

Nova onda grevista

O funcionalismo público reclama contra o arrocho salarial, que já dura 8 anos, a destruição das conquistas dos planos de carreira e a superexploração do trabalho. Nos primeiros meses do ano, vários Estados estiveram em greve. A onda grevista não cessou. A dificuldade desses movimentos está na ausência da unidade grevista. As greves que têm sido longas e alguns radicalizadas, como na Paraíba e Pará com a greve de fome de professores, não foram capazes de reverter a disposição dos governos de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que implica em corte de gastos, esmagamento salarial e demissão.

Os governos agem centralizadamente destruindo conquistas e as mobilizações grevistas permanecem localizadas e limitadas aos seus Estados. As direções sindicais nada fazem para unificar o funcionalismo num só movimento contra a política governamental de conjunto.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Andes, CUT e outras entidades em nível nacional trabalham contra a necessidade de pôr em pé um único movimento para responder coletivamente às medidas neoliberais que atacam às condições de vida do funcionalismo e destruição de direitos trabalhistas incorporados nos Planos de Carreira. Está colocado para o funcionalismo a construção de novas direções para seus organismos de luta,

Professores do Rio de Janeiro, Pará, Bahia e Minas Gerais estão em greve

A greve dos professores estaduais do Rio de Janeiro já ultrapassou 70 dias. Uma das reivindicações é o pagamento referente ao plano de cargos e salários. O governo insiste no parcelamento em 12 vezes e a decisão da assembleia é a de dividir em 4 vezes. Exigem também um piso salarial. O movimento iniciou no governo de

Antony Garotinho (PSB) e permanece na gestão de Benedita da Silva (PT). A governadora petista segue as orientações da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, nenhum centavo a mais com salário. Usa de pressão de que "o governo já chegou ao limite do que é possível oferecer" para recuar a greve, apresentando dados subestimados de paralisação para mostrar que há apenas alguns professores em greve na capital e um ínfima minoria no interior. Tirar a greve do isolamento, radicalizar nos métodos de luta, reconquistar os professores que estão sendo ludibriados com a conversa de que o "governo chegou ao limite", ganhar o apoio dos pais e alunos para um forte movimento contra as medidas governamentais devem estar no centro dessa greve. O objetivo de todos os governos é vencer pelo cansaço.

Professores do Pará recorrem à greve de fome

A greve já ultrapassa 50 dias. As reivindicações são: 80% de reposição salarial, devolução de pecúlio, férias remuneradas e concurso para todos os níveis. Exigem, também, o fim das matrículas de alunos nos pólos, medida imposta pelo governo para impedir as matrículas nas unidades escolares. Trata-se de um mecanismo para fechar escolas e, conseqüentemente, demitir trabalhadores. Há quase dois meses em greve e governo não cede um milímetro na sua política de conter gastos e manter o arrocho salarial. Diante da intransigência do governo, 7 professores fizeram uma greve de fome de uma semana. Só foi interrompida quando foram hospitalizados. O governo ameaça com o desconto dos dias parados para fazer recuar o movimento. A assembleia votou pela continuidade da greve.

Professores da Bahia estão há 15 dias em greve

Os motivos da greve são:

Plano de Carreira, pagamento adicional noturno, alterações no Estatuto do Magistério, convocação dos concursados de 99 e 2000. O governo diz que já atendeu as exigências dos professores. Nada mais falso. O que existe de fato é que 1,5 milhão de alunos estão sem aula e os professores em greve. Para intimidar o movimento, a Secretária da Educação impôs o corte de ponto dos professores. A assembleia respondeu com a continuidade da greve.

Uma greve que já passa de uma semana em Minas Gerais

Duas são as reivindicações dos professores grevistas: Plano de Carreira para corrigir as distorções salariais e elevar o piso salarial e convocação dos concursados. O governo diz que não há dinheiro para reajustar os salários e lamenta o bloqueio dos repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados) por parte do governo federal. Porém o lamento veio acompanhado de medidas repressivas contra os grevistas, entre elas o desconto dos dias parados.

Policiais e servidores da saúde estão em greve no Espírito Santo

Policiais e trabalhadores da saúde iniciaram a greve. Os policiais exigem 67% de reajuste e melhorias nas condições de trabalho. O governo impõe a ilegalidade da greve e exige uma multa de R\$10 mil reais a cada dia parado. Pretende com isso quebrar o descontento dos militares que há 7 anos estão sem reajustes.

Os servidores da saúde querem a gratificação de 10% e que seja retroativa a março. Exigem concurso público. O governo anunciou que fará o concurso no dia 30 de junho e a gratificação será paga a partir de junho. Os grevistas não aceitaram as propostas do governo.

Fortaleza

Corrente Proletária na Educação apresentou sua tese ao Congresso Estadual de Educação. Um dos pontos é a defesa da escola vinculada à produção social. Diz assim:

“A prática real é aquela que se processa na produção social, onde a teoria é testada e formulada, onde o conhecimento é parte indissolúvel da prática. Assim, o educando conhecendo a natureza e a realidade social, mediante a prática transformadora, participando da produção social, descobre assim quais são suas potencialidades e aptidões.

A escola enraizada na produção social implica no emprego à toda juventude e o controle da educação por quem a pratica. Desde que a criança esteja apta a realizar algum tipo de atividade produtiva (não se trata de hortas escolares etc) tem de ter um

emprego compatível físico e mentalmente (jornada de trabalho, tipo de atividade) e receber um salário de acordo com suas necessidades. Seu tempo diário será distribuído entre a escola e o trabalho, havendo combinação interdependente de trabalho manual com o trabalho intelectual, ou seja, aprender o manejo da técnica em estreita ligação com o conhecimento científico da realidade natural e social. Assimilar as experiências das leis de funcionamento da natureza e da sociedade no processo prático da produção social.

A escola da produção social, a escola do trabalho, é incompatível com o desempre-

go, com a ociosidade da juventude desempregada, com o parasitismo dos burgueses (estes não trabalham, quando muito administram suas riquezas) e com o adestramento cultural imposto pelo Estado burguês. A defesa da escola do trabalho (vinculada à produção social) implica ligar as reivindicações elementares da maioria explorada e, sobretudo, subordiná-las aos objetivos históricos da revolução social, que por seu conteúdo de classe será proletária e socialista. Para isso, é preciso construir o partido operário revolucionário –POR– no seio da classe operária, nas lutas populares e sindicais, estudiantis e camponesas”.

Ceará Mirim

Bônus de solidariedade aos companheiros que tiveram seus salários suspensos pela prefeita Ednólia Melo

A prefeita Ednólia Melo (PSDB) vem dando continuidade a seus ataques nas áreas essenciais aos trabalhadores, seja na educação, saúde, limpeza etc.

A luta contra o fechamento da escola de Manguari, que contou com o repúdio da população que não aceita a destruição da escola pública, foi respondida de forma repressiva.

Os companheiros que estiveram na luta em defesa da manutenção da escola, por entender que essa política de fechamento de escola irá se estender a outras

comunidades, hoje são “punidos” pela prefeita e sua serviçal secretária da educação, Margarida Lima. A suspensão dos salários dos companheiros Maria das Graças, Francenilda Nogueira e João Fernandes é mais um atentado contra a vida dos trabalhadores.

Por isso, é necessário a solidariedade entre nós trabalhadores, movimentos populares, sindicatos e mandatos populares. Estamos encaminhando uma campanha de arrecadação de fundos para repor os salários dos companheiros. E

chamando a todos que defendem a escola pública a fortalecer o movimento contra a repressão implementada pelos governos.

Defesa da escola pública e gratuita

Abertura imediata das escolas fechadas

Pela derrubada da secretária Margarida Lima

Abaixo a repressão da prefeita Ednólia Melo

Pagamento imediato dos salários dos companheiros

Rondônia

Conquistas dos trabalhadores de transportes coletivos são retiradas

Os trabalhadores dos transportes coletivos de Porto Velho, em Rondônia, estão trabalhando sob intensa exploração e pressão dos donos das empresas, com aval da Secretaria Municipal de Transportes (SEMTRAN). Antes, motoristas e cobradores que ficavam de plantão até meia noite recebiam horas-extras e auxílio alimentação para o jantar. Nos primeiros meses deste ano, a primeira empresa a retirar esses direitos foi a Itamarati, que é do deputado Federal Oscar Andrade (PL). As demais empresas seguiram o exemplo.

As horas extras, estabelecidas em horário de pico, foram transformadas em

“compensação de horas de folga”, horário de pouca movimentação de passageiros. Apesar destas medidas tomadas pelas empresas, o sindicato sequer convocou os trabalhadores para assembleia, alegando que estas medidas estavam no acordo coletivo. O presidente do sindicato é o vereador de Porto Velho, Ermínio do PT.

Uma das empresas comprou dois microônibus, que não precisa de cobrador. O motorista é quem recebe o dinheiro dos passageiros. Isso significa a demissão de quatro trabalhadores, sem falar nas demissões rotineiras.

A passagem de ônibus teve um au-

mento de 20% no início do mês de março, antes era R\$1,00, hoje, custa R\$1,20. Os reajustes oferecidos pelas empresas aos trabalhadores foram acerca de 3%.

Os trabalhadores devem exigir todos os direitos que vêm sendo arrancados. A convocação de assembleias, para decidir o caminho da luta, é essencial para a organização da resistência coletiva contra essa brutal exploração. Devem denunciar as direções sindicais colaboracionistas e se colocar pela constituição de uma direção capaz de enfrentar os patrões e erguer uma verdadeira campanha em defesa do emprego, do salário e de todas as conquistas trabalhistas.

Para acabar com a violência nas escolas

Nenhum jovem fora da produção

Jornada de 4 horas no trabalho e o restante na escola

Proibição do trabalho noturno para jovens

Proibição do trabalho incompatível com seu desenvolvimento físico e mental.

Um salário calculado segundo as necessidades
Acesso à escola pública a todos em todos os níveis
Sistema único de ensino público, gratuito e laico, com o fim do ensino privado; fim da mercantilização da educação; fim do vestibular

Não à militarização da escola

Não à interferência da religião e do governo na escola

Por uma escola científica, ligada à produção social
Por uma escola controlada pelos trabalhadores e estudantes

Que nenhum pai de família esteja desempregado

Que nenhuma família ganhe menos do que um salário mínimo que atenda as reais necessidades (R\$2.000,00).

SEM LUTA POR ESSAS CONDIÇÕES NÃO SE PODE ENFRENTAR A VIOLÊNCIA E ACABAR COM A DESTRUIÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM

Nós estudantes, os professores e funcionários devemos lutar contra as falsas soluções apresentadas pelo

governo sobre a violência nas escolas. O que está sendo implantado?

Ronda escolar reforçada por mais policiamento;

Contratação de dois mil vigias;

Ocupação de zeladorias por policiais (passarão a morar na escola);

Instalação de câmeras no interior das escolas;

Adestrar os professores em ética e cidadania.

Para acobertar a militarização capitalista da escola, o governador Alckmin diz que quer "uma educação para o trabalho", pois reconhece que uma das principais causas da violência é o desemprego. Devemos denunciar a farsa governamental de uma escola que prepara os jovens para o emprego. **Ocorre que não existem empregos para a maioria. Repetimos: não existem empregos.**

Por onde então começar o combate à violência?

Por emprego a todos jovens com **uma jornada de trabalho que não ultrapasse 4 horas, fim da jornada de trabalho infante-juvenil que consome até mais de 8 horas, fim do trabalho incompatível com o desenvolvimento físico e mental, fim do trabalho escravo (não pago e imposto), um salário calculado segundo as necessidades.**

Nenhuma criança ou jovem fora da escola. Que não falem vagas. Que os estudantes-trabalhadores possam continuar os estudos em todos os níveis.

Que a escola esteja ligada à produção social (ao processo do trabalho, criador da existência do homem; ligado à indústria e à agricultura.) Que se aprenda pela unidade teoria e prática.

Fim da militarização capitalista da escola. A polícia é o braço armado do Estado para reprimir os movimentos

sociais. O desvio da juventude e de trabalhadores desempregados para o crime é obra da exploração do trabalho, sustentada pelo Estado.

A juventude é vítima da violência

Os números apontam redução do trabalho infante-juvenil, aumento da exploração do trabalho e crescimento da violência marginal

"O número de crianças e jovens de 5 a 17 anos trabalhando no Brasil caiu 23% entre 1992 e 1999, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). (...) A taxa de queda da atividade de 8,7% entre 1992 e 1995, cresceu para 13,6% nos três anos seguintes, e caiu para 2,4% entre 1998 e 1999. Ou seja, os índices de trabalho infantil estão diminuindo, mas numa marcha cada vez mais lenta".

"Em 1992, havia 8,4 milhões de crianças trabalhando no país. Em 1999, eram 6,6 milhões. (...) "

"No mundo, o número também caiu: de 250 milhões, em 1995, para 246 milhões, em 1999" (...) O levantamento estatístico é difícil principalmente porque grande parte dos trabalhadores infantis está no setor informal, como a agricultura familiar, ou envolvida em atividades ilegais. (...) O número de crianças que trabalham sob ameaça física, social e psicológica chega a 180 milhões, ou 1 em cada 8 crianças no mundo, dados do relatório Um Futuro Sem Trabalho Infantil".

"No Brasil, 870 mil crianças são envolvidas nas piores formas de trabalho". (Folha de São Paulo, 7/5/2002).

Os números também indicam que há "1.049.939 crianças de 10 a 14 anos trabalhando. Desse total, 39% trabalham entre 15 e 29 horas semanais e 9%, 49 horas ou mais por se-

mana". (Estado de São Paulo, 9/5).

Segundo dados da ONU, "um terço das crianças do planeta sofre de desnutrição até os cinco anos, um quarto não foi imunizado contra doenças que já contam com vacinas e um quinto não vai à escola". O Ministro da Educação do Brasil participou da Cúpula Mundial da Infância (promovida pela ONU) e disse que cumpriu 9 das 27 metas nas áreas de atendimento à criança e ao adolescente. E disse: "Em todas as demais áreas de educação e saúde, estamos observando avanços, mas a questão da violência, que afeta as crianças de forma importante, é o tema que mais nos preocupa hoje. (...) Para diminuir o problema, é preciso fazer com que as escolas se transformem em centros de trabalhos comunitários. Precisamos aumentar o policiamento das escolas, mas a redução da violência somente acontecerá quando fizermos a escola funcionar plenamente e com envolvimento da família na escola". (Estado de São Paulo, 9/5)

Alckmin impõe o plano de militarização das escolas

O governador Geraldo Alckmin pretende investir 98 milhões no Plano de Segurança nas escolas com objetivo de conter a violência crescente nos estabelecimentos de ensino; Da verba prevista, 82 milhões vão ficar com a Secretaria da Educação e 16 milhões com a Secretaria da Segurança Pública. Disse que irá contratar mais de 2 mil vigias em caráter de emergência por um ano, a partir de junho. Pretende ocupar 997 zeladorias por policiais. Hoje, 2929 estão ocupadas. Haverá ainda um programa de capacitação dos professores e distribuição de cartilhas para incluir conceitos de ética e cidadania em todas as disciplinas. Mais ainda, destina 5 milhões para instalação de câmeras e alarmes em 2 mil escolas.

A demagogia do governador foi ao extremo quando disse que é necessário também combater as causas da violência, como falta de emprego e oportunidades. Prometeu esforços para a farsa da educação para o trabalho. O que na verdade irá realizar é a blitz nas escolas, nos finais de tarde (por volta das 18 horas), a instalação de câmeras de vídeo ligadas com as delegacia e batalhões da Polícia Militar mais próximos da escola; aumento da quantidade de veículos destinados à ronda escolar, de tal forma que o período entre suas passagens se reduza de 45 para 15 minutos; colocação permanente de um policial em cada uma das 375 escolas estaduais onde, segundo levantamentos realizados, é mais grave o problema da violência. Foi mais longe, nas escolas que, por alguma razão, não quiserem a presença desses policiais poderão utilizar seus zeladores -depois de um treinamento específico, como agentes de segurança. Paralelamente ao pacote, a 3 Companhia do 1 BPM (Batalhão de Policiamento Militar) anunciou também que pretende fazer um teste piloto como detectores de metal na porta das escolas do Capão Redondo (zona sul).

Fora com a escola para o trabalho de Alckmin

O governador do PSDB quer dourar a pílula da militarização das escolas e do obscurantismo ideológico sobre a violência marginal com a idéia de "escola para o trabalho". Reconhece hipocritamente que o desemprego e a pobreza são causadoras do desastre da juventude. Então diz que suas medidas policiais só terão efeito se acompanhadas de uma "escola para o trabalho". Ou seja, uma escola que qualifica a juventude para o emprego. Falso. Não há emprego nem para jovens e nem para os adultos. As fábricas es-

tão demitindo. Postos de trabalho estão sendo destruídos. As multinacionais impõem "acordos" de destruição de conquistas sociais e redução salarial. Acordos que liberam ainda mais as mãos dos capitalistas para demitirem em massa. A reforma trabalhista do governo FHC vem no sentido de legalizar a barbárie dos exploradores.

Como mostramos, a reforma do ensino ataca profundamente a escola pública e fortalece o sistema privado. Não por acaso, a reforma trabalhista, a reforma do ensino e a reforma da previdência compõem uma única peça de ataque à vida da maioria oprimida. Então essa escola para o trabalho é uma máscara para um movimento reacionário do Estado contra os trabalhadores, a juventude estudantil e a escola pública.

A explosão da violência na escola não é senão extensão da criminalidade espalhada por toda parte. O capitalismo em decomposição potencia o crime como forma de existência de uma parcela crescente da população oprimida. A juventude que não tem acesso ao trabalho, à escola e que tem sua família operária desintegrada é arrastada para essa forma de existência. Isso é a barbárie capitalista.

O que o Estado tem a oferecer é a repressão e militarização das escolas. Ao contrário, a classe operária e a juventude têm como resposta a defesa do emprego a todos aplicando a escala móvel das horas de trabalho. Aos jovens, jornada de 4 horas e o restante na escola, fim da exploração do trabalho infanto-juvenil e um salário compatível com as necessidades.

Defendemos sim: a escola vinculada à produção social. A escola científica em que se aprende na relação direta com a produção e com o uso criador da faculdade humana do trabalho. Essa é uma escola contraposta à exploração capitalista e todas as suas formas de opressão.

Eleições - Apeoesp - Chapa 4

Movimento de Oposição dos trabalhadores em educação

A Chapa 4 é resultado da luta contra as medidas neoliberais. Reúne os companheiros que têm se destacado na defesa da escola pública, gratuita, laica, autônoma e científica. Militantes que combatem a superexploração do trabalho, aprofundada com a imposição do "Plano de Estabilização" do governo; e defendem reposição das perdas e a elevação do piso salarial, para que todos - aposentados, afastados por saúde etc - tenham as condições necessárias de sobrevivência. Professores que têm travado um combate à política de conciliação de classe da atual diretoria da Apeoesp, que trouxe derrotas e destruição de conquistas históricas do magistério. Educadores que têm lutado sem trégua na defesa da democracia sindical (operária), que se traduz nas assembléias democráticas e soberanas, nos congressos com delegados eleitos diretamente nas escolas, no direito de manifestação de opiniões divergentes no jornal, revista e outros instrumentos de divulgação do sindicato e erguem a bandeira da proporcionalidade direta na composição da direção da Apeoesp (opondo a pseudo proporcionalidade acordada entre as outras chapas no último congresso). Essa chapa é a expressão da luta para pôr fim à reforma privatista da educação, que trouxe desemprego, fechamento de escolas, superlotação de salas de aula, arrocho salarial e destruição de conquistas sociais. Eis alguns pontos de nosso programa:

Combater nas ruas a reforma do governo que destrói a educação pública e amplia a sua privatização

A luta contra as medidas de destruição da escola pública, impostas pelo governo, implica na unidade dos trabalhadores de educação, pais e alunos, na força coletiva e direta para enfrentar a reforma privatista e na derrota da política conciliadora e colaboracionista da atual diretoria da Apeoesp, que se materializam nas pressões inócuas no Parlamento, nas emendas à reforma governamental, nos intermináveis abai-xo-assinados e na desmobilização.

Para combater à reforma destruidora da escola pública e unir a maioria da população (pais e alunos) para conquistar as reivindicações, defendemos:

a) Abertura de todas as escolas e salas fechadas e criação de novas unidades escolares. Nenhum aluno fora da sala de aula. Nenhuma sala com mais de 25 alunos. Readmissão de todos os professores demitidos. Contratação de todos os professores eventuais, com igualdade de direitos;

b) Fim da municipalização e reforma do ensino médio (telessalas, redução da grade curricular, eliminação de disciplinas etc). Levantamos a bandeira de um único sistema de ensino (estatal e sob o controle dos trabalhadores), para que todos tenham acesso a todos os níveis de ensino (do infantil ao universitário). Rejeitamos o vestibular porque significa a eliminação dos filhos dos trabalhadores e por ser um mecanismo da escola seletiva. Rechaçamos todos os instrumentos de avaliação criados pelo governo: Saresp, Enen, Provão e as tais avaliações por desempenho. Lutamos por um ensino científico (unidade entre o fazer e o pensar) e por isso condenamos o ensino religioso, por ser anticientífico e manter a educação obscurantista.

c) A redução da jornada de trabalho (sem redução de salário) para que haja emprego a todos. Um piso salarial de acordo com as necessidades. Reajuste imediato nos salários, fim dos bônus e gratificações. Não à eliminação de direitos trabalhistas. Aposentadoria integral a todos.

Governo impõe militarização nas escolas

O governo procura conter a crise social e a conseqüente violência com o aumento da violência policial, com a militarização da sociedade e sua extensão às escolas. As drogas, depredações, tiroteios, ameaças, mortes são conseqüências. As causas estão na miséria, nos baixos salários, no desemprego e na

falta de perspectiva de vida para juventude. Quer acobertar que são os capitalistas, portanto os donos dos meios de produção e expropriadores da riqueza, os responsáveis pelo desemprego, pela marginalidade que atinge nossos jovens e pela fome de milhões de famílias.

A militarização das escolas, que vem com a substituição dos funcionários pelos policiais, com as câmaras, com monitores ligados às delegacias de polícias etc, é a solução do governo para eliminar a violência. A diretoria da Apeoesp e os petistas em geral defendem a combinação da polícia com a prevenção. Ambos, governo e diretoria, mascaram o problema da violência como resultado da exploração capitalista e desemprego com o palavreado da cidadania, ética e paz.

Contra a violência, a solução é o emprego a todos. Que seja assegurado a toda juventude um trabalho de 4 horas e o acesso à escola. É defesa de um salário mínimo vital, para que a família trabalhadora possa sobreviver. Nossa bandeira é de emprego, salário e ensino gratuito a todos em todos os níveis contra a exploração do trabalho, a militarização das escolas e a violência reacionária do Estado e de indivíduos.

Fora a polícia das escolas!

Diante do plano FHC/FMI que ampliou a fome, miséria, desemprego, entregou as estatais ao capital estrangeiro e submeteu ainda mais o país ao imperialismo, defendemos:

1) A derrubada integral do Plano. O que significa a unidade dos trabalhadores em torno das reivindicações elementares, como emprego, terra aos camponeses (sem-terra), salário, saúde e educação públicas. Requer a força coletiva de resistência das classes trabalhadoras para ganhar as ruas e paralisar a produção.

2) O não pagamento das dívidas interna e externa e rompimento de todos os acordos com o imperialismo (FMI, BIRD, BID etc). O que pressupõe a orga-

nização da luta antiimperialista para expulsar os saqueadores e expropriar a burguesia de conjunto.

3) A rejeição das frentes populares eleitoreiras, que têm arrastado os trabalhadores e mantido o sistema de exploração capitalista.

4) O governo operário e camponês, resultado da luta de classe, como a única via para pôr abaixo o sistema de exploração do trabalho e como instrumento necessário para implantar o socialismo.

Diante da ofensiva do imperialismo sobre os povos oprimidos, defendemos:

1) A bandeira de Fora o imperialismo! Fora a guerra genocida de Israel sobre a Palestina. Pela autodeterminação do povo palestino. Fim do Plano Colômbia e de todos instrumentos de opressão imperialista. Unidade dos trabalhadores na luta antiimperialista.

2) Não à Aca! Não ao Mercosul! Unidade dos povos explorados contra o domínio político e econômico dos países imperialistas.

O crescimento da ofensiva militar, política e econômica dos países imperialistas, particularmente dos Estados Unidos, tem de ser respondida com a luta antiimperialista, que unifique os povos oprimidos em torno da estratégia do fim do capitalismo. A diretoria da Apeoesp acredita que é possível uma sociedade mais humana e solidária nos marcos do capitalismo. Nada mais falso. A desigualdade, a opressão de classe e nacional são inerentes ao sistema capitalista. As causas estão no sistema econômico. E, por isso, não há outro caminho senão a via de pôr abaixo o capitalismo. A luta antiimperialista é por sua natureza também anticapitalista.

Para transformar os sindicatos em instrumento da luta de classe, defendemos

- Um sindicato que organiza a luta anticapitalista e antiimperialista;
- Um sindicato que sirva de instrumento da luta de classe contra o Estado e a burguesia;
- Um sindicato independente da política burguesa;
- Um sindicato apoiado inteiramente no método da ação direta e nos seus meios táticos próprios (greves, bloqueios, ocupações etc);
- Um sindicato que combata o corporativismo e a conciliação de classe;
- Um sindicato que lute contra toda forma de opressão social (política, gênero etc)
- Um sindicato regido pela democracia operária (sindical)

Reforma educacional nos Estados Unidos: privatização da escola pública

Há quase uma década, o governo norte-americano vem impondo uma reforma de destruição da escola pública. Utiliza o argumento de que a qualidade do ensino está baixa, apoiando-se no sistema de avaliação das duas disciplinas básicas: língua nacional e matemática. Por volta de 5 mil escolas foram consideradas "falidas", isso porque nos testes de leitura e matemática, nos últimos três anos, os alunos dessas unidades obtiveram notas inferiores a média estabelecida. A legislação permite que esses alunos sejam transferidos para as escolas "mais eficientes", que podem ser públicas ou privadas. No caso de ser privada, o governo os mantém com o dinheiro do Estado. Outros elementos usados pelo governo são: evasão escolar, nível de pobreza dos alunos, falta de professores, salas de aulas extremamente precárias, capacitação dos docentes e os serviços oferecidos pelo governo em comparação ao privado.

Um rico negócio

Aproveitando-se da campanha governamental contra a baixa qualidade do ensino público, tem surgido empresas privadas de gerenciamento de escolas. São empresas que recebem o

dinheiro do Estado para administrar a escola pública. Trata-se de um negócio bastante lucrativo e tem atraído uma parcela do empresariado para esse ramo. A propaganda de eficiência e combate aos problemas dos estabelecimentos de ensino de "baixa qualidade" têm sido o mote para ganhar o apoio das comunidades escolares (pais e alunos).

Uma das maiores empresas de gerenciamento de escolas públicas é a Edison Schools. Iniciou em 1995 com 4 escolas e hoje possui 136 estabelecimentos públicos em 45 cidades, assumindo 75 mil alunos. No segundo semestre, a Edison Schols assumirá mais 20 escolas na Filadélfia, passando para 100 mil alunos de 1 e 2 graus. Outra empresa, é a Chancellor Beacon Academies que controla 81 escolas em oito Estados.

As empresas podem assumir o controle total das escolas. Isso implica na determinação do currículo, do horário de funcionamento, dias letivos, sistema de gestão, contratação e demissão de funcionários e professores.

O objetivo da empresa é um so: com o dinheiro que recebe do governo, implantar um sistema de ensino que possibilite lucros. Para isso, o segredo está na superexploração da mão-de-obra e nas contribuições dos pais. O ensino é

adestrado para obter resultados positivos nos testes de leitura e matemática.

Sistema cooperativo: privado e público

As escolas públicas com parcerias com empresas privadas também fazem parte da reforma da educação nos Estados Unidos. São as escolas que recebem o dinheiro público mas estão obrigadas a procurar os patrocinadores. Têm autonomia total ou parcial para reformulação do currículo, métodos e outros instrumentos de ensino. Um exemplo é a Harriet Tubman, que recebe verbas públicas e doações, mantida por um conselho de pais, professores e representantes do bairro e administrada pela empresa privada Edison School.

Esse modelo cooperativo chamado charter school recebe recursos públicos, mas tem autonomia para contratar serviços e administrar os recursos oriundos de doações de empresas ou indivíduos. Isso lhe dá a permissão para não seguir a legislação do Estado. Os salários dos trabalhadores são definidos sem a interferência do governo e dos acordos sindicais. Caso o conselho não esteja satisfeito com a empresa prestadora de serviços, este possui autonomia

para substituí-la.

Segundo dados, o custo-aluno anual de 1192 escolas públicas de Nova York é de 9500 dólares e a charter school do Bronx esse custo não ultrapassa 7 mil dólares. Pretendem mostrar que com menos dinheiro é possível manter as escolas e torná-las eficientes nas avaliações externas.

Protestos dos professores, pais e alunos

A reforma privatista do ensino público já atingiu New Jersey, Illinois e Michigan. Na Filadélfia, o governo usou o argumento da má qualidade do ensino para entregar 70 escolas, consideradas as piores da cidade, para seis empresas privadas. Isso causou protestos. A Federação dos professores de Filadélfia denunciou a Edison Schools, que vai administrar 20 dessas 70 escolas, pelo aumento da carga horária de trabalho dos educadores. Um dos depoimentos da associação Pais Unidos por Escolas Melhores é de que "o interesse pelas crianças não vem em primeiro lugar. Vão fazer muitos cortes para poder lucrar".

Em Nova York, o ex-prefeito Rudolph Giuliani tentou impor no ano passado a privatização de 5 escolas, também tidas como ineficientes, e entregá-las a Edison School. O governo convocou os pais para votar nessa iniciativa privatizante. A maioria dos pais dessas escolas não compareceu. Porém, não foi suficiente para conter a ação do governo, que nesse ano criou escolas públicas com parcerias privadas, no estilo da Harriet Tubman.

As manifestações dos professores e pais contra as medidas privatizantes da escola pública são fragmentadas e limitadas a determinados Estados. O que impedem uma ação mais coletiva dos professores, pais e alunos contra as medidas governamentais.

Apesar das diferenciações nas formas de parcerias, há elementos comuns: o aumento da carga de trabalho, os salários diferenciados (certamente rebaixados) e as demissões. Trata-se de lucro para as empresas administradoras das escolas, superexploração do trabalho e mais ônus para as famílias, que obviamente terão de contribuir com doações. Para o Estado, isso significa se livrar da

responsabilidade de manutenção financeira do ensino público. A resposta à destruição da escola pública implica na unidade e na ação coletiva contra as empresas e seu governo.

No Brasil, a reforma segue a mesma linha: privatização

O governo criou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para reduzir a responsabilidade do Estado para com o ensino público. Obrigou os municípios a assumirem o ensino fundamental, onde concentra a maioria dos alunos (35 milhões). Segundo dados oficiais, 42,3% dos alunos do ensino fundamental se encontram na rede estadual; 48,6% na rede municipal e 9,1% na rede privada. O ensino médio, que tem 8,4 milhões de alunos, enfrenta a eliminação de disciplinas, redução de grade curricular e empresas privadas têm ocupado escolas públicas, a exemplo do Senai, em São Paulo. O ensino superior, na sua quase totalidade, está nas mãos de empresas.

A experiência dos Estados Unidos foi apresentada em São Paulo como modelo a ser seguido. O governo entra com o custo-aluno e as empresas administram. O problema está em que o custo-aluno é extremamente baixo no Brasil. Um aluno de 1 a 4 série custa ao Estado anualmente R\$363,00 e o de 5 a 8 série, R\$381,15. Daí a morosidade nas parcerias para as escolas públicas. Embora tenham dito que o problema está na legislação, que pela lei brasileira o ensino fundamental deve ser obrigatório e gratuito. Na verdade, a legislação brasileira vem sendo alterada para dar lugar a desobrigação do Estado para com a escola pública.

A destruição do ensino público é sintoma da desagregação do sistema capitalista

A criação de um sistema nacional público, uma escola gratuita para o povo, foi uma necessidade imposta pelo desenvolvimento do capitalismo, na fase da industrialização. A burguesia fez da educação pública nacional, pelo menos em nível primário, um dos pontos das revoluções burguesas, ocorridas no final do século XVIII

e, particularmente, no decorrer do século XIX. O avanço do capitalismo dependia da formação de uma mão-de-obra adestrada para servir ao capital. A secularização do Estado, a criação de um sistema nacional público, a obrigatoriedade dos pais colocarem os filhos nas escolas primárias (alfabetização) etc não ocorreram de forma linear nos países que se industrializavam. Tais medidas foram sendo implantadas ao mesmo tempo em que se impunham as leis de proteção ao trabalho (direitos trabalhistas) e as reformas eleitorais no Parlamento.

Um exemplo disso foi a Inglaterra (primeiro país a se industrializar). A intervenção do Estado na educação começou em 1833 quando o Parlamento concedeu uma verba de 20 mil libras às sociedades religiosas que possuíam maior número de escolas públicas. Antecedendo a essa medida, a aprovação da reforma eleitoral (Reform Bill) para ampliar o número de eleitores. Foi somente em 1876 que se aprovou a obrigatoriedade de freqüentar a escola, juntamente com medidas rígidas para os pais que não a obedeciam. Portanto, foram as mudanças econômicas e sociais que obrigaram o Estado a assumir a responsabilidade do ensino público. No Brasil, a escola pública e a responsabilidade do Estado foi mais tardia, século XX, porque também foi tardio o processo de industrialização e secularização do Estado.

Na fase monopolista do capital, com a desagregação do sistema capitalista, a burguesia está obrigada a retroceder na tarefa democrática de estabelecer o ensino público e gratuito para toda a população. Mesmo nos países imperialistas, a burguesia vem quebrando o sistema nacional público com a entrega de parte das escolas para as empresas privadas, como estamos assistindo nos Estados Unidos e países da Europa. Tal medida vem sendo imposta nos países que sequer conseguiram criar um ensino público para todos, como é o caso do Brasil. Essas transformações, que são exigências do capital, respondem à necessidade do capital de quebrar parte das forças produtivas em função da crise de superprodução e da desagregação mais geral do sistema de exploração do trabalho.

A greve estudantil na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP

No último dia 29/04, os alunos do curso de Letras da USP iniciaram uma greve estudantil contra a liquidação do curso e por contratação dos professores necessários para mantê-lo, movimento que se espalhou pela faculdade inteira, atingindo os outros 4 cursos (História, Geografia, Ciências Sociais e Filosofia). A decisão foi precedida de duas paralisações (03/04 e 16/04) e de um seminário de três dias (23, 24 e 25/04), de uma reunião com o vice-reitor e de uma audiência pública com a pró-reitora de graduação. Não foi aberto nenhum canal real de negociação, nem houve qualquer mudança na oferta de contratação de 12 professores, quando o necessário seriam cerca de 350 e o número de aposentadorias no próximo período é de 112, um terço dos atuais 335 professores da unidade. A proposta da reitoria, que contrata míseros 200 professores por ano, não correspondia nem mesmo à proporção de alunos da unidade na USP (cerca de 20%), o que indica que a política oficial é a de redução ainda maior do número de professores (atualmente a FFLCH tem cerca de 7% da USP).

Uma greve que contagiou

O fato do curso de Letras ter entrado em greve antes dos demais se explica pela campanha de denúncias feita não pelo centro acadêmico (ligado a política petista, não publicou um único boletim a respeito e se dividiu em relação à paralisação) mas pela oposição (Na Letra da Luta, influenciada pelo POR). A divulgação dos dados, as discussões em salas de aula, a defesa das paralisações de um dia, a campanha pela greve, criaram as condições para que a paralisação das aulas se desse com amplo apoio estudantil, e as comissões de mobilização contassem com a participação de dezenas de estudantes, o que dinamizou e democratizou a greve.

Um elemento fundamental foi que a greve se colocou desde o início pela resolução do problema, em oposição à proposta da administração da unidade (105 professores em três anos), que não seria suficiente nem mesmo para repor as aposentadorias, e teve de partir imediatamente para as manifestações de rua, visto que somente uma pressão que encontrasse apoio da população contra a

política de sucateamento e privatização do ensino (levada adiante sob a batuta do governo Alckmin), seria capaz de preservar o curso.

Imediatamente, uma assembléia da unidade aprovou a greve, mas não de forma imediata. A direção do CA de Filosofia (encabeçado pela Força Socialista-PT), declarou inicialmente o apoio à reivindicação dos 105 elaborada pela administração da unidade, e foi a defensora do adiamento sucessivo da greve nas assembléias da unidade.

A gravidade do problema tomou as páginas dos jornais e chegou à TV. O curso de História, ao lado da Geografia o mais sucateado, entrou em greve uma semana depois. A seguir vieram as Ciências Sociais e a Geografia. A Filosofia só entrou em greve depois de duas semanas de movimento na Letras. A Força Socialista, sob influência de personalidades como a professora Marilena Chauí, aguardou até onde pôde para ver se a Letras recuava e abria caminho para a conciliação com a reitoria, mas teve de ir à greve para não ficar de fora do movimento.

O problema dos números

A Letras já tinha se colocado desde o início da greve pela unidade de toda a Faculdade e pela expansão do movimento para os outros cursos da USP. Assim, aprovou a defesa de um critério único de cálculo para a reposição dos professores perdidos ao longo da última década. Resultaria em contratar 331 professores.

A Força Socialista se apoiou em uma simpatizante para defender inicialmente o critério dos departamentos, que levaria ao número de 105 professores. Teve apenas dois votos numa assembléia do noturno de cerca de 250 pessoas. Foi à assembléia da FFLCH e defendeu então que cada curso elaborasse seu próprio critério. Uma proposta divisionista e anti-mobilização, pois a unidade na luta dos estudantes se dá pela reivindicação comum; a defesa de critérios diferentes leva à divisão dos estudantes e ao federativismo que só serve para a negociação de cúpula (conciliação).

Depois de aprovar que cada curso teria seu critério, a Força foi às assembléias de curso e às comissões de número de

departamentos.

Foi com esse critério que as comissões elaboraram números, chamados de "ideais", que sequer repõem os professores que haviam doze anos atrás, quando os cursos já não eram "de qualidade". A verdade é que a base de cálculo é a de cursos sucateados. Esse critério admite e aceita o sucateamento imposto ao longo da década de 1990.

Claro, depois de conseguir fazer passar nas comissões seu critério, a Força passou a defender o critério único novamente. O zigue-zague serve para preservar o controle de aparelho, para não entrar em choque com os setores mais conservadores dos cursos.

Um GT para destruir a greve

A reitoria conseguiu apoio entre os professores da FFLCH para montar um Grupo de Trabalho (GT) para discutir o problema da FFLCH. Indicou seus representantes e mais dois professores e um aluno. Esse GT serviria para apresentar à sociedade e à comunidade universitária uma falsa negociação. Os estudantes rapidamente responderam com o rechaço a essa manobra, pois quem indica os negociadores é quem está em greve e não se aceita que outros o façam. Mas se cometeu o erro de aprovar a permanência do aluno com o caráter de "observador", defendido pela Força Socialista. A presença do aluno serve para legitimar a pretensa negociação e preparar uma proposta que leve os professores da unidade, até agora apoiando os alunos, a se colocarem contra a greve. O POR defendeu a retirada do aluno e a eleição de uma comissão de negociação eleita pelos estudantes.

A greve depende do seu crescimento

Já ficou claro que a reitoria não pode ceder aos grevistas da FFLCH, pois se o fizer abrirá caminho para outras greves em outras unidades. Somente com a ampliação do movimento para outras unidades e a pressão sobre o governo e a assembléia legislativa a greve abrirá caminho para a vitória. A luta política contra as correntes reformistas ou centristas que bloqueiam essa trajetória é a tarefa da militância revolucionária.

O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciadas no Jornal "Massas" nº 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

Questões de organização foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques se contrapondo a tentativa de organização dos foquistas no período.

Questões de Organização I – Programa e Organização Fundamentos políticos do Problema (VIII)

A natureza organizativa do POR deve corresponder a sua finalidade estratégica (a ditadura do proletariado apoiada pelos camponeses e pela maioria da classe média das cidades), que será alcançada utilizando-se dos métodos da revolução proletária. Somente a partir do momento em que se formula dessa maneira tão clara o programa partidário é que se coloca e se discute a forma de como organizar o partido capaz de se colocar a cabeça das massas e tomar o poder.

Durante um longo período, o Partido estava localizado e se limitava a Cochabamba, seu programa originário, escrito por Aguirre, foi deixado ao esquecimento e substituído por uma lista de enunciados abstratos e bastante manuseados. A direção de então (uma parte dela mais tarde passou a militar no Movimento

Nacionalista Revolucionário, MNR) estava convicta que uma revolução dirigida pelo proletariado era uma questão tão hipotética e tão distante que não mereceria ser colocado em primeiro plano nas discussões. Este círculo propagandístico se limitou a memorizar (memorizar não é o mesmo que assimilar) alguns textos clássicos e a repetir mecanicamente as instruções da Quarta Internacional, dirigida naquele momento a partir de Nova Iorque. Nesta etapa o Problema organizativo (problema subestimado pelos "teóricos") não poderia deixar de ser mais do que um catálogo de citações livrescas e estava muito longe de poder se transformar na busca de métodos emergentes da própria luta diária.

A forma organizativa de nosso partido é tão diferente da dos outros partidos assim como é substancialmente diferente seu programa, tratam-se de diferentes posições classistas. O estalinismo – para citar uma organização que também se reivindica da classe operária – está seriamente preocupado em ga-

rantir a sua legalidade (em troca de calar sua crítica aos desgovernos nacionalistas e golpistas, isso num país onde não existe a possibilidade de pleno desenvolvimento da democracia burguesa) e em inflar sua militância por meio de simples filiados, e para isso utiliza os recursos mais indecorosos. A concepção menchevique da militância é explicável em um partido que não coloca o governo da classe operária nem a tomada do poder por métodos revolucionários. Os esforços do Partido Comunista Boliviano (PCB) encaminham para converterem-se em um fator importante do parlamentarismo, apesar de que a experiência ensina que este caminho é um dos mais escabrosos na Bolívia. Os métodos organizativos do PCB são a expressão de sua orientação política contra-revolucionária. Outro exemplo, à estrutura organizativa da FSB se ajusta a seu caráter golpista. Já o POR só pode ter uma estrutura eficaz tendo como eixo a célula por local de trabalho/estudo.

Bolívia

Ação direta de massas duríssima para impor o "Poder Estudantil"

Quase todas as universidades do país suportam a ditadura odiosa e truculenta das autoridades e dos docentes, o que significa um retrocesso insuportável com referência à situação que imperava nos anos 70, época do Poder Estudantil, que teve uma duração brevíssima. A agudização da luta de classes estão se traduzindo nos germes de luta para reto-

mar a este poder que foi exercitado pelos educandos.

O Poder Estudantil

A vanguarda do universitário tem uma linha política, no seu seio há investigadores e militantes do partido político do proletariado, assinalamos isto

para assinalar que se tratam de militantes com capacidade para realizar uma atividade política.

Ressaltamos também que o "Poder Estudantil" foi reivindicado e exercitado pelos universitários de filiação marxista-leninista-trotskista, dado este que nos permite compreender o alcance desta consigna. Tampouco devemos ignorar o

A União Revolucionária dos Universitários Socialistas (URUS) ensina

Os uristas em greve de fome, crucificados, enterrados vivos etc. constituem o maior ensinamento da luta revolucionária dos universitários pela revolução socialista.

URUS-Cochabamba é atualmente a vanguarda da guerra declarada pelos universitários contra a ordem social burguesa em decomposição, contra a opressão imperialista e contra a cultura titubeante e em decomposição que nos impõem do exterior. A luta revolucionária dos universitários é em defesa do homem e da natureza. Devemos imitar este exemplo.

(extraído do Jornal "Masas" boliviano nº 1801 de 26/04/2002)

momento político em que foi lançada e exercitada esta consigna. Era a época da Assembléia Popular, nosso Soviete, um órgão de poder e frente antiimperialista, que colocou em seus documentos ideológicos (programáticos) que seu objetivo era o de conquistar o poder político, seguindo o caminho da ação direta de massas — violência revolucionária. Não para seguir perpetuando a sociedade de classes ou o Estado, mas para projetar o processo revolucionário até o Comunismo.

A cidade de La Paz (sede do governo) foi ocupada virtualmente pelos mineiros radicalizados, sobretudo do setor de "SIGLO XX", fenômeno que constituiu a base para a Assembléia Popular.

Os estudantes da Universidade Maior de San Andrés (UMSA) em seu empenho de encontrar o caminho até a nova universidade se fundiram com a van-

guarda proletária e concluíram atuando como seu instrumento no campo político.

Co-governo Paritário

A conquista do co-governo paritário docente-estudantil (ponto culminante alcançado pela reforma universitária clássica) constitui a essência do Poder Estudantil. Atualmente ainda tem lugar todas as tardes, as assembléias docentes-estudantis para resolver os problemas mais agudos. A experiência ensina que o cogoverno tende a se converter em ditadura estudantil. Devemos destacar que a nova universidade, que é o que busca a vanguarda revolucionária, será uma criação da nova sociedade. Toda esta questão se projeta para a revolução proletária.

Iraque

EUA prepara a invasão do Iraque

Depois da ocupação militar do Afeganistão, o objetivo bélico dos Estados Unidos se volta contra o Iraque. A ofensiva dos tanques de Israel contra os palestinos obscureceu momentaneamente o plano Bush anti-iraquiano. Tudo indica que os estrategistas do Pentágono esperam amenizar a repercussão mundial do fogo israelense para voltar a carga contra o governo nacionalista de Saddam Hussein.

É vantagem para os EUA comparecerem como promotores da "paz", juntamente com os seus asseclas da ONU, depois do esmagamento na Cisjordânia. A maioria dos governos árabes e da sua feudal burguesia deve continuar arrematada pelo imperialismo. Manter o Iraque isolado - essa é a condição ideal para as forças norte-americanas ocuparem o país, destruir seu governo e implantar um fantoche.

Dizíamos que a guerra contra o paupérrimo Afeganistão era uma necessidade do imperialismo ianque, independente dos ataques terroristas. Essa conclusão se confirma diante da estratégia de ampliação do domínio da potência na Ásia Central e Oriente Médio. As fontes de matéria prima (petróleo, gás), mercado e geopolítica motivam as guerras do imperialismo contra os paí-

ses atrasados (semicoloniais). O Plano Colômbia, por enquanto embrionário, é parte das necessidades do grande capital.

Estamos diante de uma gigantesca operação econômica e militar da superpotência.

O megaempresário inglês Martin Sorrel expõe com franqueza: "O mundo não está se tornando globalizado, está tornando americanizado. Em muitas indústrias, os Estados Unidos representam 50% do mercado. Mais importante que isso: mais da metade de qualquer atividade econômica é controlada, ou pelo menos influenciada pelos Estados Unidos" (Veja, 8/5).

Essa hegemonia é o calcanhar de Aquiles da burguesia ianque. Concentra as contradições fundamentais do capitalismo mundial: choque entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção na sua forma monopolista, superprodução, acumulação de capital financeiro parasitário e todo tipo de fraude especulativa. Concentra a contradição entre a produção social e a anarquia do mercado. O gigantismo imperialista dos EUA se converte na espinha dorsal da decadência mundial do capitalismo monopolista. Têm de ocupar novas áreas estratégicas. Estender

suas bases militares até os confins. Controlar com mãos de ferro a maioria dos governos. Impor suas condições de domínio inclusive às demais potências (Inglaterra, Alemanha, França, Japão)

O protecionismo vigente, o desconhecimento de tratados militares, o desprezo ao Protocolo de Kioto, Tribunal Penal Internacional, desmoralização da Opaq - todos organismos das potências - pressão para anexar a América Latina via Alca etc são expressões da crise mundial que se desenvolve e da necessidade dos EUA atuarem por cima das fronteiras nacionais. A guerra comercial capitaneada por essa potência carrega em seu ventre a indústria armamentista e os elementos da guerra bélica. Nada pode limitar o colonialismo imperialista dos EUA, sem enfrentar a retaliação econômica e as pressões militares. Países inteiros estão se quebrando sob o domínio do capital financeiro e a opressão das potências.

Os trabalhadores do mundo inteiro têm pela frente a luta antiimperialista e anticapitalista. O ponto de partida está em reconhecer corretamente o problema e procurar a resposta histórica: a transformação do capitalismo em socialismo.

Argentina:

Que se vá Duhalde, agente do FMI e dos grandes capitalistas.

Que se vão todos! Que não reste nenhum!

Duhalde continua a obra de Menen, De la Rúa e Cavallo. Sua prostração é total frente ao imperialismo, aos banqueiros e às oligarquias, aceitando todas as suas exigências, enquanto se agravam de uma forma insuportável as penúrias das massas.

Os governadores justicialistas sublinharam que este é o rumo a ser mantido, atuando como representantes da embaixada ianque e dos grandes capitalistas.

Enquanto isso, o desemprego cresce e a carestia não se detém, milhões de famílias não têm o que comer. Em Matanzas, 26% dos nascidos apresentam um quadro de desnutrição.

A desvalorização é um fabuloso negócio para os exportadores, para os que tinham grandes dívidas em dólares. Para os trabalhadores que sofrem a carestia com salários congelados é um verdadeiro desastre.

O presidente se apresentava até alguns meses atrás como o "antimodelo", dizendo que fazia falta no país uma outra política, um "projeto de Nação" e outras tantas besteiras que apagou de uma só vez quando assumiu como presidente.

A bancarrota do Partido Justicialista, levantando as bandeiras do imperialismo, dos banqueiros e da oligarquia que anteriormente dizia combater, é a falência do principal partido da burguesia nacional. É a falência desta classe covarde e impotente que se tornou totalmente antinacional e deve ser expulsa do poder.

Vamos derrubá-los com a greve geral, com as ocupações, bloqueios e piquetes, nunca por meio das eleições ou de Constituintes, que são uma armadilha dos capitalistas para voltar a enrolar as massas

Nos dias 19 e 20 de Dezembro se iniciou uma nova etapa no país. As massas nas ruas acabaram com o governo de De la Rúa. Colocaram em pé as Assembléias Populares e se multiplicou a rebelião popular que não dá respiro ao governo.

Os capitalistas vivem sua pior crise,

as massas não puderam ser paralisadas nem divididas e apelam mais uma vez à ação direta para impor suas reivindicações.

O imperialismo e o grande capital lançaram a bandeira de convocação das eleições para dar uma saída ao vazio de poder e com o prognóstico de que o governo débil de Duhalde não terá muita sobrevida.

Os setores democratizantes já se lançam em tomar esta saída, que é um verdadeiro desvio das lutas e das aspirações populares. Não há nenhum indício nas massas de reivindicar eleições, persiste a idéia de que pela via das eleições não se resolvem nossos problemas.

Arrancar o pão e o trabalho que nos negam, por meio da ação direta das massas

A greve geral será imposta a partir das bases, apesar da vontade das direções burocráticas, empenhadas em garantir a governabilidade do governo do FMI. Em mais de três meses de grandes lutas, não convocaram paralisações, nem greves, cumprindo seus compromissos com a Mesa de Negociações.

O caminho que devemos trabalhar: Combater toda ilusão de que pressionando o governo ou voltando a "eleger" sairemos desta crise monumental.

Os eixos da luta estão claros:

- Arrancar um salário e uma aposentadoria mínimos equivalentes ao custo de vida familiar, que hoje supera largamente os 1.500 pesos e que deve ser ajustada de acordo com a inflação real, segundo determinem os organismos dos trabalhadores.

- Arrancar trabalho de verdade para os 5 milhões de desempregados agora reduzindo as jornadas de trabalho, realizando um plano de obras públicas. Os subsídios devem ser controlados pelos trabalhadores sem ingerência e devem ser transitórios até que cada um tenha seu posto de trabalho.

- Arrancar a devolução das poupanças do "corralito" para os pequenos poupadores.

- Defender a todo custo a saúde e educação públicas, dotando-as de um orçamento necessário para satisfazer todas as necessidades populares.

Somente a classe operária pode oferecer uma saída ao conjunto dos explorados e oprimidos, dirigindo uma verdadeira revolução social

A grande maioria da população rechaça a política oficial, centenas de milhares passaram para a ação direta de diversas formas buscando solucionar com suas próprias mãos os problemas, perdendo totalmente a confiança nas instituições, na Constituição, nos políticos.

As Assembléias Populares são o germe do futuro poder das massas, são mais representativas do que qualquer comitê dos partidos patronais. Nelas devem se materializar a aliança entre os trabalhadores e as classes médias e começam a se discutir os principais problemas da sociedade e como estes deveriam ser resolvidos. As seitas de toda espécie tratam de desvirtuá-las e desnaturalizá-las, mas não podem eliminar o que é uma verdadeira criação popular.

Não há outra saída para a crise capitalista e seu caos que não seja um verdadeiro levante nacional contra o imperialismo, uma revolução social. Este é o caminho que indica a profunda mobilização popular que se vive. Essa revolução só será possível se for protagonizada pela enorme maioria da população oprimida e explorada.

A classe operária, que não tem laços com o regime de propriedade privada, deve dirigir esta revolução, com seu programa, com sua estratégia, para terminar com o Estado da ditadura dos capitalistas e expropriar os meios de produção das mãos das multinacionais.